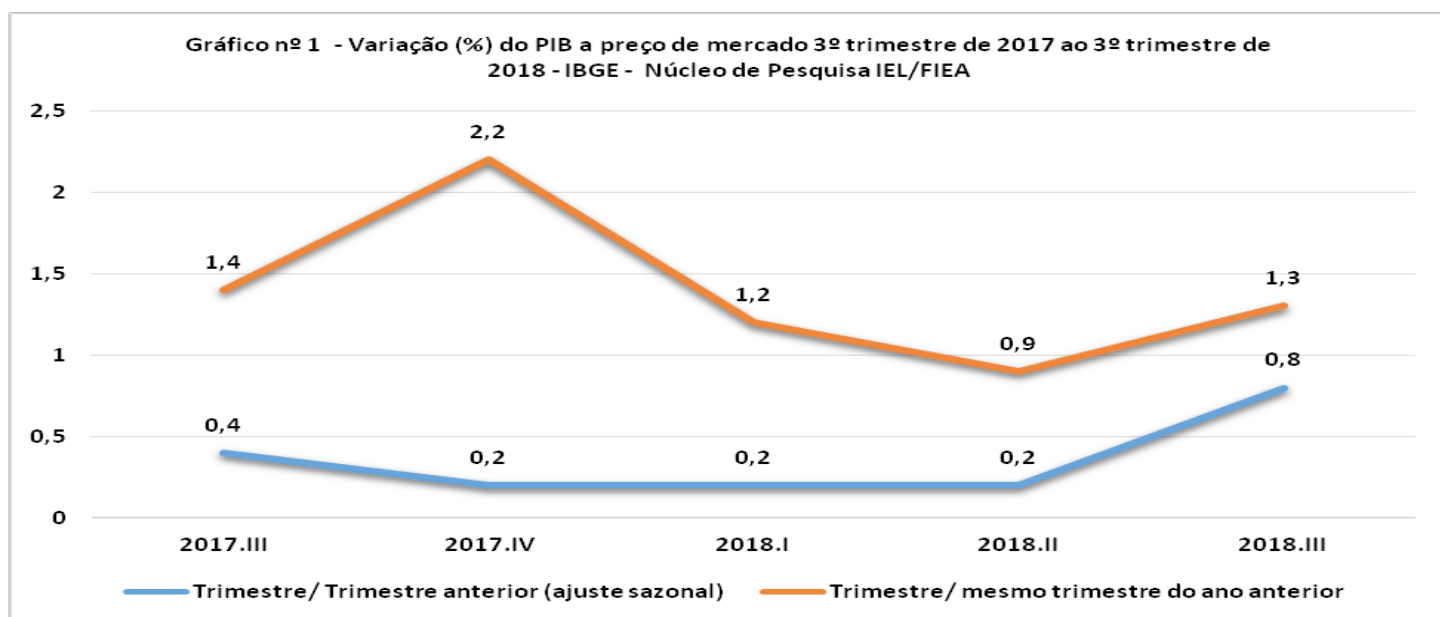




## SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL FIEA

### O PIB DO BRASIL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018



A economia brasileira no terceiro trimestre de 2018 obteve um melhor desempenho em relação aos dois primeiros trimestres do ano, seja na margem (com ajuste sazonal), seja em relação a igual período no ano anterior, como pode ser visto no gráfico nº 1. Parte deste comportamento favorável na margem deveu-se a base deprimida pela greve dos caminhoneiros que afetou o resultado do PIB no segundo trimestre. Do ponto de vista da demanda, na comparação com igual período no ano passado, houve redução na taxa de crescimento do consumo das famílias, de 2,4% para 1,4%, com efeito importante sobre o dinamismo da economia uma vez que responde por 64,0% do PIB. O consumo do Governo, que representa 20,0% do PIB, saiu de retração de -1,0% no terceiro trimestre de 2017 para discreto crescimento de 0,3% no mesmo trimestre de 2018. O investimento (FBKF), que é responsável por 15,0% do PIB, no mesmo período passou de uma taxa negativa de crescimento de -0,9% para 7,8% de expansão, o que terminou contribuindo para inflar o PIB. Isto porque, este desempenho excepcional do investimento, em grande medida é explicado, segundo o IPEA, pelo novo regime fiscal especial, o Repetro-Sped, que suspende os tributos cobrados sobre bens destinados a atividades de exploração de petróleo e gás natural, com impactos significativos em razão da incorporação das plataformas de petróleo sobre o cálculo da FBKF. Pelas regras anteriores, máquinas e equipamentos do segmento fabricados no Brasil, para

serem desonerados, não podiam ser incorporados ao estoque de capital do país. Em outras palavras, na prática, a mudança levou à internalização de plataformas que já estavam operando em território nacional, e, conseqüentemente, inflou o investimento no período. Segundo o IBGE, sem a alteração no Repetro a alta na FBKF teria sido de 2,7% e para o Itaú Unibanco o mesmo crescimento seria da ordem de 1,0%. Ainda no tocante a demanda, houve nítida queda das exportações no período em análise, em parte efeito crise argentina sobre as exportações de automóveis, que passa de 7,8% para 2,6%, enquanto as importações, mesmo sendo infladas pelo Repetro-Sped, nas estimativas do Ibré as importações de máquinas e equipamentos teriam subido 24,8% excluindo as plataformas de petróleo desta conta, e não os 154,8% observados, passam de 5,5% para 13,5%, o que demonstra que uma vez a economia recuperando um ritmo mais elevado de crescimento, as importações pressionarão os resultados da balança comercial brasileira. Do lado da oferta, o lento crescimento da economia brasileira tem sido sustentado pelo setor de serviços uma vez que a partir do quarto trimestre de 2017 a indústria registrou significativa perda de dinamismo, saindo de taxa de crescimento de 2,5% no último trimestre do ano anterior para 0,8% no terceiro trimestre de 2018. Neste mesmo período o setor de serviços registrou taxas de crescimento de 2,0% e 1,2% e o agropecuário de 4,5% e 2,5%, respectivamente, quedas

bem menos expressivas em relação a observada no período para a indústria. De acordo com o IEDI, bens de capital é o macrossetor que melhor vem conseguindo manter seu ritmo de crescimento desde o ano passado, registrando +7,7% em jul-out/18, influenciado por projetos de investimento de menor monta, por exportações e por inversões da agricultura. No caso dos bens de consumo duráveis permanecem com um nível razoável de dinamismo: +7% em jul-out/18, muito calcado no retorno do crédito às famílias, mas também em seu desempenho exportador. Apesar disso teve uma expressiva perda de ritmo em relação ao 1º sem/18 (+14,1%). Em franca desaceleração, no entanto, está o macrossetor de bens de consumo semi e não duráveis, mais dependente das condições de emprego e renda da população, que ainda têm muito o que melhorar. A retração obtida em jul-out/18, de -0,2%, foi ensejada sobretudo por vestuário, calçados, bebidas e alimentos, cujas exportações também têm encolhido. Por fim, bens intermediários registrou variação de apenas +0,5% em jul-out/18, um ritmo que não é nada menos do que 1/6 daquele da segunda metade de 2017. Em síntese a economia brasileira vem registrando ritmo baixo de crescimento em 2018, a mediana das expectativas do mercado financeiro é de fechar o ano com taxa de expansão de 1,3%aa um pouco acima dos 1,1%aa obtidos em 2017, e os resultados gerados pela indústria tem um peso importante neste débil dinamismo.

## IPCA TEM DEFLAÇÃO EM NOVEMBRO DE 2018

A inflação (IPCA), seja na variação mensal, seja no acumulado dos últimos doze meses, vem apresentando um comportamento benigno ao longo do ano. No caso da variação mensal, na passagem de outubro para novembro de 2018 houve deflação de -0,21 enquanto no mesmo período no ano passado o IPCA registrou aumento de 0,28%. Ademais a trajetória da inflação ao longo do ano tem sido descendente, com exceção dos meses de junho e setembro em função de choques temporários provocados pela greve dos caminhoneiros e maior excitação da taxa de câmbio antes das eleições. O IPCA acumulado de doze meses até maio manteve-se abaixo do piso da meta de inflação de 3,0%aa, passou para o patamar mais próximo do centro da meta de 4,5%aa pós greve dos caminhoneiros e em novembro retoma a trajetória descendente registrando 4,05%aa. De acordo com o relatório FOCUS, pesquisa semanal feita pelo Banco Central junto a cem instituições do mercado financeiro, a mediana das expectativas de inflação para 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 aponta ajustes para baixo nas estimativas para 2018 e 2019, que passam de 4,13%aa para 3,71%aa e de

4,20%aa para 4,07%aa, respectivamente, e manutenção de 4,0%aa em 2020 e 3,75%aa nos dois anos seguintes. Ou seja, a aposta do mercado hoje é de que nos próximos quatro anos a inflação estará bem comportada, desde que as reformas estruturais necessárias para o processo de consolidação fiscal sejam implementadas. As expectativas favoráveis quanto ao comportamento da inflação no médio prazo têm levado o mercado a esperar um período mais longo sem aumento da taxa de juros básica (selic), hoje no patamar de 6,5%aa, assim como um ritmo mais lento de ajuste. Anteriormente a estimativa era de selic em 8,0%aa em 2019 e hoje é de 7,5% no próximo ano e de 8,0% só a partir de 2020. Os riscos de não realização deste cenário benigno para inflação e juros nos próximos anos continuam os mesmos: do ponto de vista doméstico, frustração no tocante a aprovação das reformas com consequências negativas sobre a taxa de câmbio e o risco país. No tocante ao contexto externo, alguns fatores contribuem para reforçar a estabilidade do IPCA, como expectativa de redução do ritmo de crescimento da economia global,

em função do Brexit na Inglaterra e do conflito comercial entre a China e os EUA, pressionando os preços das commodities para baixo e atenuando o ritmo de ajuste da taxa de juros nos EUA. Todavia, o aumento do risco de recessão em alguns países desenvolvidos e a maior instabilidade nos preços dos ativos financeiros, com saídas de capitais das bolsas para os mercados de títulos, podem levar a desvalorizações significativas das moedas dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Apesar do aumento dos riscos internos e externos, o mercado continua apostando no maior comprometimento do próximo governo com a agenda de reformas, principalmente as da previdência e tributária, abrindo espaço para reduções futuras do risco país, menores taxas de juros de longo prazo e maior sustentabilidade da relação dívida/PIB no médio e longo prazo. Há também perspectiva mais favorável quanto a implementação da agenda de privatizações e de melhoria no ambiente de negócios, o que na visão do mercado e dos empresários alavancaria a produtividade da economia brasileira.

## A PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA EM OUTUBRO DE 2018

O desempenho da indústria brasileira em outubro de 2018 apresentou, no levantamento com ajuste sazonal, um discreto avanço de 0,2%. Na comparação com o mesmo mês em 2017 a indústria registrou expansão de 1,1%. De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI), "o ano de 2018 vem sendo marcado por uma desaceleração do setor industrial, movimento este que se aprofundou no terceiro trimestre e, a contar pelo resultado de outubro, não deve se reverter até o final do ano. Frente a setembro, já descontados os efeitos sazonais, a produção ficou praticamente estagnada, variando somente +0,2%. A boa notícia, por ora, vem das sinalizações para o mês de novembro, quando os indicadores de confiança acusaram melhora, chegando a ser notável em alguns casos. É verdade que as avaliações em relação ao futuro é quem mais explica o avanço do otimismo já há um bom tempo, mas as condições correntes das empresas também ensejaram maior confiança dos empresários neste mês. Por isso, o quadro pode ser um pouco melhor em novembro, mas não deve repetir a virada de 2017 para 2018."

Ainda segundo o IEDI, o nível de utilização da capacidade instalada da indústria

de transformação, de acordo com a série da FGV com ajustes sazonais, foi de 76,4% em outubro de 2018, 0,5 p.p. menor do que o patamar de setembro e pouco acima da utilização média do 3º trimestre de 2018 (76,2%). A despeito disso, o atual nível de utilização continua muito baixo, inferior à média histórica do próprio indicador (80,2%) iniciada em janeiro de 2001. A trajetória trimestral média do indicador mostra que a melhora progressiva foi interrompida na

passagem do 2º para o 3º trimestre de 2018: 74,6% no 4º trim/17; 75,5% no 1º trim/18; 76,4% no 2º trim/18 e 76,2% no 3º trim/18. Já o indicador da CNI ficou em 77,1% em outubro de 2018, já descontados os efeitos sazonais, o menor nível desde abril de 2017 (76,5%). Assim como no caso do indicador da FGV, a utilização da capacidade estimada pela CNI manteve-se abaixo de sua média histórica de 81,0%.

### Variações da Produção - Outubro - 2018 - %

|                             | No mês (com ajuste sazonal) | Mesmo mês ano anterior | No ano | Doze meses |
|-----------------------------|-----------------------------|------------------------|--------|------------|
| Indústria Geral             | 0,2                         | 1,1                    | 1,8    | 2,3        |
| Bens de capital             | 1,5                         | 10,7                   | 8,7    | 8,8        |
| Bens intermediários         | -0,3                        | -0,3                   | 0,8    | 1,4        |
| Bens de consumo             | 0,2                         | 1,6                    | 2,3    | 2,7        |
| Bens de consumo duráveis    | 4,4                         | 6,8                    | 11,0   | 12,1       |
| Semiduráveis e não Duráveis | -0,2                        | 0,2                    | 0,0    | 0,3        |
| Extrativa Mineral           | 3,1                         | 3,9                    | 0,6    | 0,3        |
| Transformação               | 0,0                         | 0,6                    | 2,0    | 2,6        |

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal. Elaboração Própria.

### FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS- FIEA

Presidente  
José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice presidente  
José da Silva Nogueira Filho

Diretor executivo  
Walter Luiz Jucá Sá

Gerente UNITEC  
Helvio Vilas Boas

### INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

Diretor Regional  
José Carlos Lyra de Andrade

Superintendente  
Helvio Vilas Boas

Coordenadora de Inovação e Pesquisa  
Eliana Sá

Elaboração  
NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA DO IEL/AL

### EQUIPE TÉCNICA

Luciana Peixoto Santa Rita  
Reynaldo Rubens Ferreira Junior

Laura Vitória Chagas Lins  
Layne Mariela de Souza Santos Cordeiro  
Lhara Maria Dias Magalhães  
Luan Victor Ramalho de Oliveira